

Empresa Folha da Manhã S.A. e Controladas - CNPJ: 60.579.703/0001-48

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Empresa Folha da Manhã S.A. apresenta seus resultados consolidados relativos ao exercício de 2024, preparados e apresentados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o parecer dos auditores externos PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. O ano de 2024 foi de alta temperatura jornalística. A agenda noticiosa foi tomada pelas eleições municipais no Brasil, pelos Jogos Olímpicos de Paris e por processos eleitorais importantes em muitos países, como EUA, México, Venezuela, Uruguai e Reino Unido, além de desdobramentos, nos planos político e jurídico, dos ataques a instituições em Brasília em janeiro de 2023. A Folha lançou em 2024 uma campanha em defesa da energia limpa, que adotou como slogan. Instituiu o cargo inédito de correspondente climática. Criou uma plataforma de cursos, a Casa Folha. Mudou o formato de sua versão impressa, que passou a ser publicada em formato berliner, com uma tecnologia de impressão inovada entre os jornais no Brasil, que não suja as mãos. E, paralelamente, o jornal acelerou sua transição para o formato digital, com mais áreas e conteúdos exclusivos para assinantes, o que impulsionou a carteira. Continuaram os debates em diversos países (e também no Brasil) em defesa da remuneração, pelas grandes plataformas globais de tecnologia - agora com o novo ofensor representado pela Inteligência Artificial - em razão do uso que tais plataformas fazem dos conteúdos de qualidade produzidos pelos veículos tradicionais de mídia. Ao replicar ou usar os conteúdos editoriais produzidos pelas empresas de mídia sem a devida remuneração, as big techs seguem em sua trajetória de concentração dos investimentos publicitários, impactando também as receitas de circulação. O esforço do Grupo Folha (e de todas as demais empresas de mídia tradicional) tem sido no sentido de acelerar a transição do produto impresso para o digital. O cenário econômico e concorrencial continua desafiador. Ainda assim, em meados de 2023 a Folha de S.Paulo voltou a liderar o mercado de assinaturas pagas, ultrapassando a marca dos 790 mil assinantes. Em dezembro de 2024 atingimos a marca de 888 mil assinantes pagos, permanecendo na liderança nesse quesito. A Receita Líquida total subiu 4,6% e as Despesas com Vendas e Gerais e Administrativas caíram cerca de 5,6% (desconsiderando PIS/Cofins sobre JCP). A administração continua atuando na melhoria dos processos, no aumento da produtividade, na redução de custos e despesas e na renegociação de valores e prazos com os fornecedores. O desempenho consolidado resultou no lucro líquido em 2024 de R\$ 662.907 milhões (versus R\$ 72.465 milhões em 2023) e o Patrimônio Líquido aumentou para R\$ 4,018 bilhões versus R\$ 3,434 bilhões em 2023, em razão do aumento do lucro líquido do exercício. Agradecemos aos nossos acionistas, anunciantes e leitores o indispensável apoio e confiança, bem como a determinação e o comprometimento do nosso time de profissionais, fundamentais para a obtenção dos resultados em ano repleto de desafios. Empresa Folha da Manhã S.A. e controladas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e relatório do auditor independente.

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)					
	Controladora		Consolidado		
	2024	2023	2024	2023	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	887.751	336.058	888.490	336.697	
Contas a receber de clientes (Nota 6)	74.108	63.958	77.103	65.822	
Estoques (Nota 7)	8.538	15.569	8.538	15.569	
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 8)	2.583	8.044	2.767	8.226	
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 9)	7.428	8.267	7.392	8.233	
Despesas antecipadas	2.364	2.952	2.371	2.957	
Outras contas a receber	1.263	3.465	1.395	3.607	
Total do ativo circulante	984.035	438.313	988.056	441.111	
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 9)	3.608	3.191	2.855	2.443	
Outras contas a receber	101	112	101	112	
Depósitos compulsórios e judiciais (Nota 16)	36.975	36.644	37.172	36.832	
	40.684	39.947	40.128	39.387	
Outros ativos financeiros não circulantes (Nota 10.c)	4.797.327	4.870.255	4.797.327	4.870.255	
Investimentos (Nota 10.a e b)	178.068	37.978	-	-	
Propriedade para investimento (Nota 12)	-	-	133.164	-	
Imobilizado (Nota 11)	57.400	59.705	57.404	59.711	
Intangível	272	434	272	434	
	5.033.067	4.968.372	4.988.167	4.930.400	
Total do ativo não circulante	5.073.751	5.008.319	5.028.295	4.969.787	
Total do ativo	6.057.786	5.446.632	6.016.351	5.410.898	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Operações em continuidade				
Receita líquida (Nota 19)	285.705	283.162	314.272	300.495
Custo das vendas e dos serviços prestados (Nota 20)	(194.959)	(173.322)	(203.987)	(180.995)
Lucro bruto	90.746	109.840	110.285	119.500
Recargas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas (Nota 20)	(56.336)	(62.867)	(56.432)	(62.935)
Despesas gerais e administrativas (Nota 20)	(86.183)	(63.021)	(93.254)	(68.822)
Outras (despesas) e receitas operacionais	9.487	7.971	9.080	7.554
Resultado das participações societárias e outros investimentos				
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10.a e b)	6.565	2.803	-	-
Reversão (provisão) para perdas em investimentos (Nota 10.a e b)	1.678	981	1.675	977
Dividendos recebidos (Nota 10.d)	420.811	86.398	420.811	86.398
Lucro antes do resultado financeiro	386.768	82.105	392.165	82.672
Resultado financeiro				
Despesas financeiras (Nota 21)	(10.700)	(13.594)	(12.520)	(13.497)
Receitas financeiras (Nota 21)	315.264	20.072	315.298	20.100
Variações cambiais, líquidas	41.713	(17.563)	41.713	(17.562)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	733.045	71.020	736.656	71.713
Imposto de renda e contribuição social (Nota 15)				
Correntes	(69.874)	-	(73.484)	(693)
Diferidos	(264)	1.445	(265)	1.445
Lucro líquido (prejuízo) das operações em continuidade	662.907	72.465	662.907	72.465
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	662.907	72.465	662.907	72.465
Atribuído aos:				
Acionistas controladores	662.907	72.465	662.907	72.465
Acionistas não controladores	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)						
	Atribuído aos acionistas controladores					
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reserva para retenção de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial
Saldos em 31 de dezembro de 2022	152.312	83.378	27.205	(22.685)	2.731.215	2.971.425
Ajuste de exercício anterior	-	-	-	-	2.872	2.872
Saldos iniciais ajustados em 01 de janeiro de 2023	152.312	83.378	27.205	-	(19.813)	2.974.297
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	72.465	72.465
Realização de reserva de reavaliação	-	-	(854)	-	854	-
Realização dos tributos diferidos sobre reserva de reavaliação	-	-	290	-	(290)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(2.489)	(2.489)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	-	50.727	-	-
Ganhos atuariais (Nota 22)	-	-	-	-	-	1.987
Aumento (Redução) de valor justo em outros investimentos (Nota 10.c)	-	-	-	-	387.703	387.703
Saldos em 31 de dezembro de 2023	152.312	83.378	26.641	50.727	3.120.905	3.433.963
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	662.907	662.907
Realização de reserva de reavaliação	-	-	(854)	-	854	-
Realização dos tributos diferidos sobre reserva de reavaliação	-	-	290	-	(290)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 18. e1)	-	-	-	-	(33.145)	(33.145)
Transferência para reserva de retenção de lucros (Nota 18.e2)	-	-	-	630.326	(630.326)	-
Ganhos atuariais (Nota 22)	-	-	-	-	-	2.257
Aumento (Redução) de valor justo em outros investimentos (Nota 10.c)	-	-	-	-	(48.133)	(48.133)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	152.312	83.378	26.077	681.053	3.075.029	4.017.849

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	662.907	72.465	662.907	72.465
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado				
Realização das reservas de reavaliações, líquidas	564	564	564	564
Ganhos (perdas) atuariais (Nota 22.b)	2.257	1.987	2.257	1.987
Aumento (redução) do valor justo de outros Investimentos (Nota 10.c)	(48.133)	387.703	(48.133)	387.703
Outros resultados abrangentes	(45.312)	390.254	(45.312)	390.254
Resultado abrangente do exercício	617.595	462.719	617.595	462.719
Atribuído aos:				
Acionistas controladores	617.595	462.719	617.595	462.719
Acionistas não controladores	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo. A Empresa Folha da Manhã S.A. ("Companhia" ou "Controladora") tem como atividade preponderante a exploração da indústria jornalística em geral, a importação e exportação de atividades afins, e, ainda, a exploração de atividades de comunicação e informação, entretenimento, educação, atividades imobiliárias, e quaisquer atividades afins, podendo inclusive participar de outras sociedades. A controladora Datafolha Instituto de Pesquisas Ltda. tem como objeto social as seguintes atividades: a) realização de pesquisas de mercado e de opinião pública; b) análises e levantamentos estatísticos; c) consultoria e cursos relacionados com pesquisas e áreas conexas. A controladora Kypa Empreendimentos Imobiliários Ltda, tem como objeto social a gestão e administração de propriedade imobiliária. A controladora Notícias Populares S.A. tem como objeto social a exploração da indústria jornalística em geral, bem como a edição de livros, revistas e atividades gráficas em geral. A controladora S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. tem como atividades preponderantes a prestação de serviços de transportes rodoviários de carga, de gerenciamento logístico para distribuição de jornais e produtos editoriais, bem como de quaisquer outros produtos de acordo com as definições previstas em seu Acordo de Quotistas. A controladora Companhia Paulista Editora e de Jornais S.A. tem como objeto social a exploração da indústria jornalística em geral, bem como a edição de livros e revistas e atividades gráficas em geral. O ativo em ações da OFL Participações S.A. tem por objeto social participar de outras empresas, representar no Brasil empresas brasileiras ou estrangeiras, promover a divulgação e prestação de serviços às suas representadas e outras empresas e prestar quaisquer serviços em atividades correlatas. Em 31 de dezembro de 2024, a OFL Participações S.A. possui, substancialmente, participação societária no Universo Online S.A.

2. Resumo das principais políticas contábeis materiais: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. 2.1. Base de preparação: As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 26 de maio de 2025. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos Outros ativos financeiros não circulantes, Terrenos e Edifícios, no Imobilizado e as correspondentes constituições do Impostos de renda e contribuição social diferidos passivos. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. a) Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). b) Demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas e as operações em conjunto, são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, ajustadas na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais da Companhia. Estes ajustes, na Companhia, são efetuados tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas, no objetivo de obter o mesmo resultado e patrimônio líquido atribuído aos acionistas da Controladora. 2.2. Consolidação: A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, exceto com relação às entidades controladas em conjunto, isto é, quando a Companhia está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de afetar esses retornos através de seu poder sobre as atividades relevantes da investida. a) Controladas: Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que a Companhia obtém o controle da investida e cessa quando a Companhia perde o controle da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação, estão descritas na Nota 4. b) Perda de controle em controladas: Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil para subseqüente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes, relativos a estas entidades, são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes serão, quando realizados, reclassificados para o resultado. c) Coligadas e empreendimento controlados em conjunto: Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimento controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor. As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua joint venture é reconhecida na demonstração do resultado. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais. Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas controladas e controlada em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia. 2.3. Conversão de moeda estrangeira: a) Moeda funcional e de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada controlada, incluída na consolidação, são

mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações e da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa, são apresentados na demonstração do resultado como variações cambiais, líquidas. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Resultado financeiro". c) Empresas controladas: As demonstrações financeiras das controladas e controlada em conjunto estão apresentadas pela mesma moeda funcional da controladora (real). 2.4. Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. 2.5. Instrumentos financeiros: i) Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento, sendo classificados como (i) custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (iii) ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a sua gestão. Com exceção das contas a receber de clientes, que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo através do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Classificação: Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais): No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente. Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como Dividendos recebidos no resultado, quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando o Grupo se beneficia destes proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que estes ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou compra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descausamento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Desreconhecimento: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem. • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) A Companhia nem transferiu, nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. • Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. • Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. • O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluídos fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia acompanha as alterações no risco de crédito e reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base seguindo o que recomenda o CPC 48. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico em linha com o

Demonstrações dos fluxos de caixa				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda, incluindo operações descontinuadas	733.045	71.020	736.656	71.713
Despesas (receitas) que não representam movimentação de caixa				
Depreciação (Nota 11.i)	3.186	3.297	3.187	3.300
Amortização (Nota 11.i)	164	215	164	215
Depreciação Propriedade para Investimento (Nota 12)	-	-	350	-
Perda na baixa de imobilizados	25	-	25	-
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10.a e b)	(6.565)	(2.803)	-	-
Provisão (reversão) para perdas em investimentos (Nota 10.a e b.)	(1.678)	(981)	(1.675)	(977)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa, líquidos	(143)	(524)	(143)	(456)
Juros e variação cambial, líquidos	689	2.138	689	2.138
Provisão (reversão) para perdas de estoques (Nota 7)	(6.657)	899	(6.657)	899
Provisão (reversão) para perdas com depósitos judiciais (Nota 16.b.)	532	(189)	529	(217)
Provisão (reversão) para demandas judiciais (Nota 16.a.)	631	7.554	1.281	7.160
Provisão (reversão) de complementação previdenciária (Nota 22.b.)	(411)	30	(411)	30
Juros e variação cambial, líquidos	7.728	7.531	9.514	7.405
Varição de ativos e passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	(10.695)	(7.005)	(11.824)	(6.984)
Estoques	13.688	3.200	13.689	3.200
Impostos e contribuições a recuperar	(48.317)	6.747	(50.293)	6.891

Empresa Folha da Manhã S.A. e Controladas - CNPJ: 60.579.703/0001-48										
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)										
...continuação										
14. Adiantamentos de clientes	Controladora				Consolidado					
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023		
Assinaturas	50.174	43.927	50.174	43.927						
Publicidade	4.634	246	4.634	246						
Produtos editoriais	1.274	1.472	1.274	1.472						
	56.082	45.644	56.082	45.644						
15. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferidos estão apresentados de acordo com o CPC 32 - "Tributos sobre o Lucro". A composição do resultado é a seguinte:	Controladora				Consolidado					
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023		
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	(554)	1.155	(555)	1.155						
Imposto de renda e contribuição social sobre reserva de reavaliação	290	290	290	290						
	(264)	1.445	(265)	1.445						
A conciliação entre a taxa efetiva e a taxa estatutária é como segue:	Controladora				Consolidado					
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023		
Lucro (Prejuízo) do exercício antes do imposto e da contribuição social	733.046	71.020	736.656	71.713						
Alíquota vigente - %	34	34	34	34						
Expectativa de crédito de imposto de renda e contribuição social em relação ao lucro antes desses impostos, de acordo com a alíquota vigente	(249.236)	(24.147)	(250.463)	(24.382)						
Resultado de equivalência patrimonial	2.232	953	-	-						
Provisão para perdas em investimentos	571	334	569	332						
Diferenças permanentes	143.198	29.869	143.198	29.878						
Diferido não constituído sobre diferenças temporais	2.824	(5.893)	2.824	(6.069)						
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição Social de exercícios anteriores compensados	30.123	-	30.124	307						
Diferido não constituído sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição Social	-	(1.116)	-	(1.116)						
Outros	149	1.445	-	1.801						
Despesa com imposto de renda e contribuição social registrados no resultado do exercício	(70.138)	1.445	(73.749)	752						
Alíquota efetiva	-10%	2%	-10%	1%						
Imposto de renda e contribuição social										
Corrente	(69.874)	-	(73.484)	(693)						
Diferido	(264)	1.445	(265)	1.445						
Em 2024, diante da falta de recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social em períodos anteriores, a Companhia deixou de constituir o crédito fiscal diferido ativo sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias. Os montantes não constituídos relativos ao imposto de renda e a contribuição social, diferidos ativos, não circulantes, são como segue:	Controladora				Consolidado					
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023		
Prejuízo fiscal	71.757	160.355	72.866	161.464						
Diferenças temporárias do imposto de renda	(6.673)	21.496	(6.673)	22.012						
	65.084	181.851	66.193	183.476						
	16.271	45.463	16.548	45.869						
Imposto de renda diferido (25%)	77.022	165.620	79.522	168.120						
Base negativa de contribuição social	(6.673)	21.496	(6.673)	22.012						
Diferenças temporárias da contribuição social	70.349	187.116	72.849	190.132						
Contribuição social diferida (9%)	6.331	16.840	6.556	17.112						
As contingências cíveis não provisionadas com probabilidade de desfecho possíveis, na controladora, contêm o montante de R\$16.978, em 2024 (R\$60.313, em 2023) e no Consolidado, o montante de R\$16.978 em 2024 (R\$60.317 em 2023). São decorrentes, principalmente, de rescisões de contratos comerciais e ações indenizatórias. a) Movimentação da provisão para contingências	Controladora				Consolidado					
	2023	Adições	Pagamentos	Reversões	Variação monetária	Compensação de depósitos judiciais	2024			
Trabalhistas	63.261	10.295	(5.144)	(9.272)	4.593	(446)	63.287			
Tributárias	92.480	7.729	-	(9.235)	1.448	-	92.422			
Cíveis	30.768	1.312	(896)	(199)	3.476	(66)	34.395			
	186.509	19.336	(6.040)	(18.706)	9.517	(512)	190.104			
	2023	Adições	Pagamentos	Reversões	Variação monetária	Compensação de depósitos judiciais	2024			
Trabalhistas	63.893	10.396	(5.231)	(9.511)	4.509	(448)	63.608			
Tributárias	93.017	7.828	-	(9.240)	1.495	-	93.100			
Cíveis	30.768	2.008	(897)	(199)	5.333	(65)	36.948			
	187.678	20.232	(6.128)	(18.950)	11.337	(513)	193.656			
	2022	Adições	Pagamentos	Reversões	Variação monetária	Compensação de depósitos judiciais	2023			
Trabalhistas	59.318	9.143	(3.931)	(4.030)	3.351	(590)	63.261			
Tributárias	72.006	20.301	-	(15.469)	5.664	9.978	92.480			
Cíveis	33.009	2.597	(3.479)	(4.987)	3.628	-	30.768			
	164.333	32.041	(7.410)	(24.486)	12.643	9.388	186.509			
	2022	Adições	Pagamentos	Reversões	Variação monetária	Compensação de depósitos judiciais	2023			
Trabalhistas	60.106	9.240	(3.940)	(4.208)	3.330	(635)	63.893			
Tributárias	72.934	20.341	-	(15.862)	5.587	10.017	93.017			
Cíveis	33.009	2.597	(3.479)	(4.987)	3.628	-	30.768			
	166.049	32.178	(7.419)	(25.057)	12.545	9.382	187.678			
b) Contingências tributárias classificadas como possíveis: Impostos e contribuições a recolher em discussão e não provisionados, cuja probabilidade de perda é estimada como possível pelos assessores jurídicos externos. Os valores não provisionados de contingências tributárias possíveis são como segue:	Controladora				Consolidado					
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023		
PIS e COFINS	32.914	40.821	32.914	40.821						
IRPJ e CSLL	76.916	82.566	78.189	84.072						
ICMS	66.959	50.989	66.959	50.989						
INSS	106.695	94.711	107.062	95.034						
IPTU	21.305	18.737	21.305	18.737						
FGTS	313	200	313	200						
ISS	7.153	813	7.153	813						
IPI	3.018	-	3.018	-						
	315.273	288.837	316.912	290.666						
A Companhia e suas controladas mantêm depósitos compulsórios e judiciais possíveis para manutenção dos questionamentos. Na Companhia, os valores de depósitos compulsórios e judiciais na controladora montam R\$ 15.836 em 2024 e no consolidado R\$ 15.836, em 2023) e na controladora (R\$18.453, em 2023) e no consolidado (R\$18.576 em 2023). Os valores de depósitos compulsórios e judiciais apresentados no ativo não circulante, estão assim distribuídos:	Controladora				Consolidado					
	2023	Adições	Pagamentos	Reversões	Variação monetária	Compensação de depósitos judiciais	2024			
Trabalhistas	8.045	(532)	1.902	(2.614)	269	7.070				
Cíveis	162	-	-	(74)	5	93				
Tributários (Nota 16.a)	28.437	-	92	(32)	1.315	29.813				
	36.644	(532)	1.994	(2.721)	1.589	36.975				
	2023	Adições	Pagamentos	Reversões	Variação monetária	Compensação de depósitos judiciais	2024			
Trabalhistas	8.037	(529)	1.902	(2.619)	269	7.060				
Cíveis	162	-	-	(74)	5	93				
Tributários (Nota 16.a)	28.632	-	92	(32)	1.326	30.019				
	36.832	(529)	1.994	(2.725)	1.601	37.172				
17. Impostos e contribuições a recolher	Controladora				Consolidado					
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023		
ICMS	117	134	236	134						
ISS	42	54	276	198						
PIS e COFINS	7.468	1.248	8.203	1.386						
IRPJ/CSLL	4.786	-	4.880	-						
INSS	421	442	444	622						
IRRF	2.339	2.224	2.341	2.351						
OUTROS	119	107	211	117						
	15.292	4.209	16.591	4.808						
São Impostos e contribuições municipais, estaduais e federais a recolher de operações da companhia, calculados dentro das competências e pagos mensalmente a cada período de apuração.										
18. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o capital social da Companhia era de R\$152.312 representado por 1.563.003 ações, sendo 781.503 ordinárias e 781.500 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. b) Reserva de reavaliação: A Companhia, em anos anteriores, reavaliou parcialmente os bens registrados no ativo imobilizado. A Companhia optou pela manutenção do saldo da reserva de reavaliação até sua efetiva realização. c) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A Reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. O artigo 193 § 3 da Lei das S.A.s, prevê a não constituição de reserva legal, quando a somatória do saldo de Reserva de Legal acrescido ao montante da Reserva de Capital exceder 30% do capital social, em obediência a este preceito da lei a companhia não constituiu Reserva legal em 2024. d) Direitos das ações: O lucro líquido do exercício, quando constituído, terá a destinação que lhe for determinada na Assembleia Geral dos Acionistas, observando-se as disposições legais aplicáveis e a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 5%. e) Lucros (prejuízos) Acumulados: A administração propõe a seguinte destinação para o saldo remanescente de lucros R\$ 663.471 do lucro líquido do exercício, demonstrado como segue:	Controladora				Consolidado					
	2024				2024					
Lucro líquido do exercício	662.907				662.907					
Realização de reserva de reavaliação líquidas de tributos	564				564					
Saldo remanescente de lucros	663.471				663.471					
Parcela do prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sem constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos por incerteza de realização	(24.871)	(54.995)	(25.372)	(55.497)						
Parcela de diferenças temporárias sem constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos por incerteza de realização	2.269	(7.309)	2.269	(7.484)						
O saldo de prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social, por empresa, no consolidado, está assim demonstrado:	Controladora				Consolidado					
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023		
Imposto de renda	71.757	77.022	160.355	165.620						
Contribuição social	512	1.856	512	1.856						
Companhia Paulista Editora e de Jornais S.A.	227	271	229	272						
Notícias Populares S.A.	370	373	368	372						
	72.866	79.522	161.464	168.120						
(i) A partir do período de 2024, a controlada Datafolha Instituto de Pesquisas Ltda. passou a ser tributada pelo regime do lucro presumido. Em função deste regime tributário, o saldo de prejuízos fiscais e bases negativas permaneceram sem movimentação.										
O imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados no passivo não circulante, são como segue:	Controladora				Consolidado					
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.583.108	1.607.903	1.583.108	1.607.903						
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reserva de reavaliação	13.434	13.724	13.434	13.724						
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre receitas diferidas	2.709	2.154	2.709	2.154						
	1.599.251	1.623.781	1.599.251	1.623.781						
16. Provisão para demandas judiciais: A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos cíveis e trabalhistas que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências cíveis e trabalhistas em discussão nas instâncias administrativa e judicial, são estabelecidas por valores atualizados com base nas estimativas de perdas prováveis classificadas pelos advogados responsáveis por cada processo. Na opinião da administração, todos os processos judiciais foram adequadamente provisionados e para aqueles não provisionados a administração, em conjunto com seus consultores jurídicos, entendem que as perspectivas de perda são remotas ou de possíveis resultados a favor da Companhia. Os valores provisionados no passivo não circulante, líquidos dos depósitos compulsórios e judiciais, estão apresentados conforme segue:	Controladora				Consolidado					
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023		
Trabalhistas (i)	63.287	63.262	63.608	63.893						
Tributárias (iii)	92.422	92.479	93.100	93.017						
Cíveis (ii)	34.395	30.768	36.948	30.768						
	190.104	186.509	193.656	187.678						
(i) Referem-se a reclamações de ex-empregados. Não há nenhum processo individual de valor relevante que justifique divulgação específica.										
(ii) São decorrentes, principalmente, de rescisões de contratos comerciais e ações indenizatórias.										
(iii) São decorrentes, de ações tributárias para ressarcimento e recuperação de tributos municipais, estaduais e federais.										
Valor presente das obrigações atuariais descobertas										
Passivo										
Circulante										
Não circulante										
Adicionalmente, demonstramos a movimentação do passivo atuarial líquido:										
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício										
Baixa de passivo atuarial										
Complemento de provisão										
Custo dos juros										
Benefícios pagos no ano										
(Ganho) perda atuarial										
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício										
Os ganhos e as perdas atuariais gerados pelas diferenças dos valores entre as obrigações apuradas com base em premissas atuariais estimadas e as efetivamente incorridas são, respectivamente, incluídos ou excluídos na determinação do compromisso atuarial líquido. O saldo acumulado, contabilizado na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial", em 2024, no montante de R\$ (1.937) e em 2023, no montante de R\$ 320. Esses ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido da companhia, conforme CPC-33 Benefícios a Empregados" item 57 letras d). As principais premissas adotadas no cálculo do passivo atuarial da Companhia foram:										
Plano de benefício										
Método de avaliação atuarial										
Tábua de sobrevivência										

